



## **Desafios dos (as) profissionais em agroecologia no mercado de trabalho** *Challenges of Professionals in Agroecology in the Labor Market*

PACHECO, Jardel Luís Félix<sup>1</sup>; BOMFIM, Luciano Sérgio Ventin<sup>2</sup>; DA SILVA, Claudemir Santos<sup>3</sup>; ROCHA, Tatiana Cristina<sup>4</sup>; LIMA, Cícero Erivaldo de<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Universidade do Estado da Bahia Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/ UNEB), jardellu@hotmail.com; <sup>2</sup> Universidade do Estado da Bahia Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/ UNEB), lsvbomfim@gmail.com; <sup>3</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Programa de pós graduação em ciências agrárias (UFRB), claudemir.admsilva@gmail.com; <sup>4</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), tatianarocha@ufrb.edu.br; <sup>5</sup> Universidade do Estado da Bahia Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/ UNEB), ciceroerivaldo1@gmail.com.

### **RESUMO EXPANDIDO**

#### **Eixo Temático: Juventudes e Agroecologia**

**Resumo:** A educação em agroecologia assume o compromisso com a construção e avanço do conhecimento teórico, prático e a consecução de atividades de pesquisa e extensão que ampliem as estratégias de uma formação contextualizada às especificidades de cada território onde estão inseridas. Porém, ainda existem muitos desafios para a atuação dos agroecólogos (as) no mercado de trabalho. Dessa forma, objetiva-se demonstrar e debater os desafios que os (as) profissionais em Agroecologia enfrentam na sua atuação profissional, em especial nos setores institucionais, por meio de uma abordagem qualitativa de tipo descritivo e documental. Neste estudo serão apresentados tais desafios que demonstram a necessidade da luta pela consolidação do reconhecimento do (a) profissional em Agroecologia perante a sociedade para que estes possam ocupar cargos na sua área de atuação.

**Palavras-chave:** agroecólogos (as); concursos públicos; juventude e perspectivas.

#### **Introdução**

As organizações e movimentos sociais do campo, têm forjado espaços educativos de luta e resistência com vistas a possibilitar o povo camponês ter, não só acesso à universidade, mas, a capacidade de ler criticamente a realidade para assim transformá-la. Conforme Caldart (2004), a educação defendida pelos movimentos sociais se forja na contradição de classe no campo, entre a agricultura pautada pelo agronegócio e a Educação Camponesa, uma vez que a primeira sobrevive da exclusão dos camponeses, que são os sujeitos centrais para a segunda existir.

Deste enfrentamento ao projeto antagônico para o campo, emerge a proposta de cursos de Tecnologia e Bacharelado em Agroecologia, como estratégia de fortalecimento do projeto da classe trabalhadora se opondo a educação bancária e burguesa que dissemina a ideologia do capital, que subjuga o campo a uma educação que não altera a consciência, mas provoca à alienação a classe trabalhadora impondo os interesses da classe dominante. A educação em



agroecologia assume o compromisso com a construção e avanço do conhecimento teórico, prático e a consecução de atividades de pesquisa e extensão que ampliem as estratégias de uma formação contextualizada às especificidades de cada território onde estão inseridas, propiciando a formação de profissionais capazes de atuar em diferentes setores que apoiam o fortalecimento da agricultura familiar, porém, os (as) agroecólogos (as) ainda enfrentam desafios no processo de educação formal e para garantir espaços de trabalho em sua área de atuação. Dessa forma, este resumo foi elaborado com o objetivo de demonstrar e debater os desafios que os (as) profissionais em Agroecologia enfrentam na sua atuação profissional, em especial nos setores institucionais.

### **Metodologia**

Os procedimentos metodológicos para realização deste estudo estão ancorados em uma abordagem qualitativa de tipo descritivo e documental. Trata-se de um trabalho que articula e dialoga com a educação na agroecologia e a construção de uma sociedade sustentável, constituindo, assim, o estado da arte desta temática.

### **Resultados e Discussão**

A agroecologia é um projeto de sociedade contra hegemônico que articula a ciência com os movimentos sociais, a partir da interdisciplinaridade, integrando as dimensões ética, científica das diversas áreas do conhecimento com os saberes popular, almejando a construção do bem-estar social, ambientalmente sustentável, justa, equitativa, sendo diretriz de políticas governamentais e educacionais na perspectiva holística, pluralista e dialética (GAZZANO, 2021; NORDER, 2016).

Para almejar uma transição agroecológica, faz-se necessária a construção de um projeto de sociedade contra hegemônico que rompa com a lógica do capital, baseado na justiça social, ecológica e econômica, sendo necessário avanço na construção da agroecologia como ciência e projeto educativo popular e, dedicação pela consolidação de políticas públicas agroecológicas em sistemas produtivos

Uma conquista importante nessa luta foi a criação do *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* (PRONERA), em 1998, que nasceu a partir das experiências de educação desenvolvidas pelos movimentos sociais, em especial o MST, com algumas universidades públicas.

Nesta perspectiva, os movimentos sociais têm desencadeado ações para consolidar práticas educativas agroecológicas, um marco foi a conquista e a concretização de cursos técnicos em Agroecologia pelo MST, a partir de 2003, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), consequência de muito empenho de diversos sujeitos (as) sociais e coletivos, no contexto de um movimento nacional por uma educação do/no campo e da construção do projeto popular para o campo (GUHUR, 2016). Em 2005 a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) em parceria com o IFPR implementaram o curso Tecnologia em Agroecologia, o primeiro de nível superior do país (GUHUR, 2016).

Desde então, os cursos de agroecologia têm crescido nas instituições de ensino, sendo criados anualmente cursos nos níveis técnicos, graduação e pós-graduação (BALLA, 2014). A partir do levantamento realizado pelo coletivo de estudantes e profissionais de agroecologia no Brasil, existem aproximadamente 42 cursos de



graduação em agroecologia permanente, entre tecnológicos e bacharelados, além de cursos realizados na modalidade do PRONERA, sendo o último em 2016, implementado pela Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REFAISA) em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Apesar desses avanços na criação de diversos cursos de agroecologia no Brasil, desafios ainda devem ser superados, sendo o primeiro, referente ao cunho político-pedagógico, destacando: conflitos políticos e ideológicos por parte das instituições apoiadoras, corpo docente e até por discentes, isso acontece quando o curso é implementado em uma instituição com enfoque “convencional”; falta de flexibilidade e descontextualização dos planos de curso; docentes que não tem formação completa sobre agroecologia, além de poucos pesquisadores formados com enfoque na agroecologia (BALLAR, 2014).

O segundo desafio é relacionado ao reconhecimento profissional do (a) Agroecólogo (a), uma vez que, 18 anos após a criação do primeiro curso de Agroecologia de nível superior, os (as) egressos (as) dos cursos, ainda não tem seus direitos garantidos perante a legislação brasileira, provocando diversos problemas e limitações na atuação profissional, que vai desde a impossibilidade de concorrer a vagas com agrônomos em concursos públicos, até a não contratação por empresas por não serem reconhecidos. Como forma de resolver essa problemática, os (as) Agroecólogos (as) e estudantes, criaram um comitê de reconhecimento do profissional em agroecologia, conjuntamente com os movimentos sociais, associações, organizações de Agroecologia locais, regionais e nacionais, agentes públicos e as universidades na defesa dessa pauta, assim, em 2015, foi proposto para a câmara do senado o projeto de lei, que regulamentava o exercício da profissão, porém, este foi negado e em 2019, outra proposta de lei foi criada, n.º 3.710, 2019, que está em trâmite Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e, se aprovada, será votado pelo plenário do Senado.

O terceiro desafio é a equiparação do (a) Agroecólogo (as) com Agrônomo (a) no CREA /CONFEA, onde, desde 2014 os cursos de Tecnologia obtiveram o registro no conselho, porém com limitações no campo de atuação (que não estão bem definidas nos regimentos estatutários do conselho), sendo o curso de Tecnologia em Agroecologia do IF de Rio Pomba – Minas Gerais o primeiro credenciado no conselho, após isso, outras instituições utilizaram a jurisprudência para lograrem o registro no conselho, entretanto o CONFEA negou o credenciamento dos Bacharelados em Agroecologia, alegando sombreamento na atuação com a Agronomia, compreendido como uma “proteção” aos profissionais da Agronomia para não terem concorrência, além de demonstrar uma disputa política e ideológica no CONFEA, devido à agroecologia apresentar diferentes princípios no âmbito social, cultural, econômico e ambiental da agronomia. Devido a isso, os Bacharéis em Agroecologia são registrados como Tecnólogos no CREA/CONFEA (Comitê do Reconhecimento do (a) Profissional em Agroecologia).

O quarto desafio é a inclusão dos (as) Agroecólogos (as) nos diversos cargos em concurso públicos e editais nos níveis: federal, estadual e municipal, que muitas vezes, abrem editais para áreas agrárias, porém, as vagas são destinadas para profissionais formados (as) em agronomia, entretanto, observa-se que a



responsabilidade nos trabalhos que esses profissionais irão executar condiz com as atribuições dos (as) agroecólogos (as), exemplos desses problemas em seleções e editais, foram:

1º) O Edital de Concurso Público nº 69/2022, publicado pela Universidade Federal de Viçosa, destinado ao provimento de 01 docente da Carreira do Magistério Superior, Professor Adjunto A, nível I, com lotação no Departamento de Agronomia, do Centro de Ciências Agrárias, para a área de Plantas medicinais, aromáticas e alimentícias não convencionais, com a seguinte titulação: Engenheiro Agrônomo. Doutorado em Fitotecnia, Fisiologia Vegetal ou áreas afins. Entretanto, não foi aceito candidatos formandos (as) em Agroecologia (Bacharelado e Tecnólogo), diante dessa situação, um grupo constituído por profissionais em agroecologia e professores (as) de diversas IES, solicitaram retificação do edital, para que fosse incluído o perfil do agroecólogo (a), porém, a comissão do concurso negou a solicitação, alegando o seguinte: “Neste contexto, apesar de haver algum sobreposição de áreas de atuação entre Tecnólogo em Agroecologia e Eng.º Agrônomo, 9 tópicos, ou seja, 90% do conteúdo programático do referido concurso, envolvem atividades relacionadas à produção vegetal para a qual se faz necessária, na maioria das vezes, o uso de defensivos agrícolas, cujo receituário agrônômico é uma atividade exclusiva do engº agrônomo. Por exemplo: Como um Tecnólogo em Agroecologia vai dar uma aula sobre Plantio e tratos culturais de plantas medicinais se não tem competência profissional para realizar tratos culturais que envolvem controle de pragas, doenças e plantas daninhas em plantas medicinais se não tem competência técnica para fazer receituário agrônômico” (UFV, 2023). Mas, esse argumento vai à contramão preconizada pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos que recomenda a produção de fitoterápicos e plantas medicinais, pela agricultura familiar, pois a detenção de conhecimentos tradicionais, a experiência acumulada na relação com a biodiversidade e as práticas agroecológicas voltadas ao atendimento dos mercados locais e regionais, fortalecendo os arranjos produtivos, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do complexo produtivo da saúde (BRASIL, 2006).

2º) Edital de Concurso Público Nº 001/2022, do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Estado do Espírito Santo. Que ofertou vaga no cargo de Agente de Extensão, Pesquisa e Inovação em Desenvolvimento Rural, nas áreas: Agroecologia/Produção Orgânica (INCAPER, 2022). Porém, o requisito para concorrer às vagas era apresentação do diploma de Curso de Nível Superior Bacharelado em Agronomia/Engenharia Agrônoma, reconhecido pelo Ministério da Educação. Registro no órgão de fiscalização profissional (quando houver). Diante dessa situação, um grupo constituído por profissionais em agroecologia e professores (as) de diversas IES, solicitou informações e retificação do edital, para que fosse incluído o perfil do agroecólogo (a), porém, a comissão do concurso não respondeu a solicitação.

3º) Chamada Pública Para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável e Produção de Alimentos Saudáveis nas Unidades Produtivas Familiares nos Biomas Da Bahia – Chamada Pública ATER SDR/BAHIATER Nº 001/2022. Que objetiva-se “prestação de serviços destinados à estruturação produtiva e articulação



de políticas públicas para promoção do desenvolvimento rural sustentável, das unidades produtivas familiares (UPF), nos biomas baianos” (BAHIATER, 2022). Porém, a vaga de coordenador do projeto só aceitava profissionais formados em engenharia agrônômica.

Para solucionar esse problema, os (as) profissionais em agroecologia juntamente com diversas instituições não governamentais, movimentos sociais, Ong’s e setores de instituições de ensino e grupos de pesquisas, elaboram uma carta solicitando retificação do edital, incluindo o profissional formado em Agroecologia na qualificação, perfil e composição da equipe técnica. Apesar dessa ampla mobilização e entrega do documento em ato público, a Secretário de Desenvolvimento Rural (SDR) e, a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), não realizaram a retificação do edital, incluindo os profissionais em agroecologia no perfil da vaga.

Essa ação demonstra uma contradição por parte do estado da Bahia, que vem desenvolvendo e financiando projetos para agricultura familiar na perspectiva agroecológica e produção orgânica, que por força e articulação do movimento social, que desde 2015 vem debatendo essa política em diversas câmaras setoriais, resultando na aprovação em 2023. O Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção de Orgânicos (PEAPO) da Bahia. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA) coloca em votação o Projeto de Lei nº 24.730/2023, que tem como objetivo é promover ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e do extrativismo sustentável, a fim de orientar o desenvolvimento e a qualidade de vida das populações nas cidades e no campo, bem como a oferta e consumo de alimentos saudáveis e o uso responsável de recursos naturais para garantindo à soberania e a segurança alimentar e nutricional (SASOP, 2023).

## Conclusões

A construção de uma sociedade baseada na solidariedade, equidade étnica, gênero, classe e sustentável ambientalmente, perpassam pela consolidação de uma nova abordagem educacional que traz esses elementos. Com esse objetivo, os movimentos sociais e as IES do país, ousaram ofertar cursos de agroecologia (tecnólogos e bacharelados), que formam sujeitos comprometidos com essa construção. Entretanto, esses sujeitos necessitam lutar pela consolidação do reconhecimento do (a) profissional em Agroecologia perante a sociedade, uma vez que ainda enfrentam alguns desafios, no âmbito da atuação profissional. Porém, a partir do trabalho, organicidade, diálogo e luta por seus direitos, trazendo consigo os princípios e éticos profissionais construídos pelos diversos setores da sociedade esses desafios serão ultrapassados.

## Agradecimentos (opcional)

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA – FAPESB.

## Referências bibliográficas



SECRETARIA DE CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO





BAHIATER. Chamada Pública Para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável e Produção de Alimentos Saudáveis nas Unidades Produtivas Familiares nos Biomas Da Bahia – Chamada Pública ATER SDR/BAHIATER Nº 001/2022. Disponível em: <http://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/documentos/chamada-publica-ater-sdrbahiater-no-001202>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

BALLA, João Vitor Quintas; et al. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 2, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_fitoterapicos.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf). Acesso em 29 de maio de 2023.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. Brasília-DF, 2004.

GAZZANO, Inés *et al.* Ambiente y crisis en Uruguay: la agroecología como construcción contrahegemónica. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 34, n. 48, p. 13-40, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26489/rvs.v34i48.1>. Acesso em: 8 mar. 2018.

GUHUR, Dominique MP et al. As práticas educativas de formação em Agroecologia da Via Campesina no Paraná. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 1, 2016.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Concurso: Edital de Abertura Nº 001/2022. Disponível em: [https://www.institutoaocp.org.br/concursos/arquivos/ed\\_abertura\\_incaper.pdf?](https://www.institutoaocp.org.br/concursos/arquivos/ed_abertura_incaper.pdf?). Acesso em: 29 de maio de 2023.

NORDER, Luiz Antonio *et al.* Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 1-20, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809>. Acesso em: 8 mar. 2018.

SASOP. Política estadual de agroecologia e produção de orgânica da Bahia. Disponível em: <https://sasop.org.br/2023/05/dia-historico-alba-vota-projeto-de-lei-que-institui-a-politica-estadual-de-agroecologia-e-producao-de-organicos-da-bahia/>, Acesso em 29 de maio de 2023.

UFV, Universidade Federal de Viçosa. Concurso da universidade federal de viçosa. Disponível em: <https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/Edital-de-Concurso-P%C3%BAblico-n%C2%BA-69-2022.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2023.